Tendo a referida empresa requerido uma alteração da licença e estando cumpridos os requisitos exigíveis para o efeito, determino, ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 172/93, de 11 de Maio, e 19/82, de 28 de Janeiro, no uso das competências delegadas pelo conselho de administração do Instituto Nacional de Aviação Civil, conforme a subalínea i) da alínea d) do n.º 2.3 do despacho n.º 8196/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 16 de Agosto de 2004, o seguinte:

1 — É alterada a alínea b) da licença de trabalho aéreo da empresa HELISUL — Sociedade de Meios Aéreos, L.ª, a qual passa a ter a seguinte redacção:

«b) Quanto ao equipamento — cinco aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 10 t.»

2 — É aditada à presente licença uma alínea c) com a seguinte redacção:

«c) Quanto ao prazo de validade — a presente licença é válida até Junho de 2006.»

3 — Pela alteração da licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido na parte I da tabela anexa à Portaria n.º 606/91, de 4 de Julho.

4 — É republicado, em anexo, o texto integral da licença, tal como resulta das alterações referidas.

31 de Outubro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Amândio Dias Antunes*.

ANEXO

1 — A empresa HELISUL — Sociedade de Meios Aéreos, L.ª, é titular de uma licença de trabalho aéreo nos seguintes termos:

- Quanto ao tipo de exploração — as modalidades constantes do certificado de trabalho aéreo;
- Quanto ao equipamento — cinco aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 10 t;
- Quanto ao prazo de validade — a presente licença é válida até Junho de 2006.

2 — O exercício dos direitos conferidos pela presente licença está, permanentemente, dependente da posse de um certificado de operador de trabalho aéreo válido.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 807/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de assessora do meu Gabinete, no âmbito das respectivas habilitações e qualificações profissionais, a licenciada Sofia da Costa Coelho Amaral de Oliveira.

2 — A presente nomeação terá a duração de um ano, renovável, estabelecendo para a nomeada a remuneração mensal dos adjuntos do Gabinete, incluindo subsídios de férias, de Natal e de refeição e despesas de representação.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005.

4 de Novembro de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 23 808/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, regulamentado através do despacho n.º 92/SESS/90, do Secretário de Estado da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 3 de Dezembro de 1990, os funcionários e agentes da Administração Pública podem requerer o estatuto de equiparação a bolseiro no País quando se proponham realizar mestrados de reconhecido interesse público.

Nesse âmbito, considerando que os responsáveis do Centro Distrital de Segurança Social do Porto emitiram parecer favorável à concessão do estatuto de equiparação a bolseiro à técnica de 2.ª classe, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, área de fisioterapia, Maria Alexandra Almeida Oliveira, funcionária pública, em lugar do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte,

e que o conselho directivo do Instituto de Segurança Social, I. P., emitiu identicamente parecer favorável, não obstante o mesmo implicar a dispensa total do exercício de funções, concedeu o meu despacho n.º 19 307/2005 (2.ª série), de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 6 de Setembro de 2005, o requerido estatuto de equiparação a bolseiro.

Contudo, considerando que o mesmo não surtiu os efeitos práticos pretendidos e mantendo a funcionária o interesse no aludido estatuto e todos os requisitos estatuidos no Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, regulamentado através do despacho n.º 92/SESS90, do Secretário de Estado da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 3 de Dezembro de 1990, determino, ao abrigo do regime supramencionado e no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 10 847/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, a revogação parcial do meu despacho n.º 19 307/2005, (2.ª série), de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 6 de Setembro de 2005, no que concerne à respectiva produção de efeitos, cuja concessão deverá considerar-se geradora de efeitos a partir de 6 de Setembro de 2005.

4 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Despacho n.º 23 809/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, regulamentado através do despacho n.º 92/SESS/90, do Secretário de Estado da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 3 de Dezembro de 1990, os funcionários e agentes da Administração Pública podem requerer a prorrogação de equiparação a bolseiro no País quando se proponham realizar mestrados de reconhecido interesse público.

Considerando que a conclusão da tese, no âmbito do doutoramento em Psicologia, na área do desenvolvimento e educação da criança, da técnica superior principal da carreira técnica superior, do quadro do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, actualmente afecta ao Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, mestre Maria Isabel Silva Chaves de Almeida Tegethof, se reveste de interesse para esta instituição, dado que a sua tese será dedicada ao tema «Estudos sobre ideias e práticas de intervenção precoce centrada na família», não existindo prejuízo para o normal funcionamento do serviço onde presta funções;

Considerando que o Instituto da Segurança Social, I. P., emitiu parecer favorável à prorrogação da equiparação a bolseiro, envolvendo a dispensa a meio tempo do exercício de funções da citada técnica no período compreendido entre 1 de Outubro de 2005 e 31 de Março de 2006 e a dispensa total do exercício de funções no período compreendido entre 1 de Abril e 30 de Setembro de 2006:

Ao abrigo do disposto no regime supramencionado e no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, determino o seguinte:

1 — É concedida a prorrogação da equiparação a bolseiro no País à técnica superior principal da carreira técnica superior mestre Maria Isabel Silva Chaves de Almeida Tegethof pelo período de um ano.

2 — A presente prorrogação de equiparação a bolseiro implica a dispensa a meio tempo do exercício de funções no período compreendido entre 1 de Outubro de 2005 e 31 de Março de 2006 e a dispensa total do exercício de funções no período compreendido entre 1 de Abril e 30 de Setembro de 2006.

4 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 23 810/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Outubro de 2005, proferido no uso de competência delegada, autorizo, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a reclassificação profissional da licenciada Maria João Ferreira de Oliveira Perna Goulart, assistente administrativa do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, considerando-se exonerada da categoria anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Gouveia*.